

Ecosocialismo: um aliado da educação ambiental nas escolas

Ecosocialism: an ally of environmental education in schools

WALLISSON OLIVEIRA

Discente do curso de História (UNIPAM)
E-mail: wallissonoliveira@unipam.edu.br

MARCOS ANTÔNIO CAIXETA RASSI

Professor orientador (UNIPAM)
E-mail: rassi@unipam.edu.br

Resumo: A intenção deste trabalho é trazer ao debate a educação ambiental nas escolas e, para tanto, apresentar o ecosocialismo como aliado para um melhor desenvolvimento da experiência educacional em relação às discussões ambientais presentes dentro das instituições de ensino. De grande importância na vida escolar do aluno, a educação ambiental deve educar de forma clara e consciente acerca dos perigos dos maus-tratos à natureza, problematizando em debates críticos em salas de aula e, se possível, fora delas a ineficácia do sistema capitalista em manter a igualdade social, a dignidade do trabalhador, em preservar os solos, a água, o ar, o desrespeito à vida humana e à de outras espécies, de preservar, por fim, o planeta em que vivemos. Nesse sentido, o ecosocialismo é um exemplo entre tantos outros modelos que também devem ser analisados e estudados, absorvendo deles as melhores ideias e opções para a formulação de práticas pedagógicas no intuito de sempre enriquecer o debate e o exercício educativo em sociedade.

Palavras-chave: Ecosocialismo. Educação ambiental. Escolas. Capitalismo. Justiça social. Seres humanos. Natureza.

Abstract: The intention of this paper is to bring to debate the environmental education in schools and, therefore, to present ecosocialism as an ally for a better development of the educational experience regarding the environmental discussions present within educational institutions. Managing of great importance in the student's school life, environmental education must educate in a clear and conscious way about the dangers of the mistreatment of nature, problematizing in critical debates in classrooms and, if possible, outside of them the ineffectiveness of the capitalist system in maintaining social equality, the dignity of the worker, in preserving the soil, the water, the air, the disrespect for human life and that of other species, to preserve, finally, the planet on which we live. In this sense, ecosocialism is an example among many other models that should also be analyzed and studied, absorbing from them the best ideas and options for the formulation of pedagogical practices in order to always enrich the debate and educational exercise in society.

Keywords: Ecosocialism. Environmental education. Schools. Capitalism. Social justice. Human beings. Nature.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O entendimento das questões ambientais deveria estar intrinsecamente ligado ao cotidiano dos indivíduos, de forma a solucionar os problemas que os cercam todos os dias, na busca pelo relacionamento digno e no trato do bem comum com os outros seres humanos e com as demais espécies de animais e de vegetais. O que este trabalho propõe é apresentar uma perspectiva político-pedagógica, com princípios básicos de demonstrar para os indivíduos que é possível construir uma sociedade com justiça social e ética entre os seres humanos e a natureza. Dessa forma, a educação ambiental, no presente texto, busca ser questionadora, inovadora e desmanteladora da noção antropocêntrica, visto que as demais espécies, animais e vegetais, desempenham papéis de extrema importância para a conservação e o desenvolvimento da vida no planeta.

O trabalho em questão busca demonstrar que existem alternativas para o estudo e o melhoramento no ensino da educação ambiental e, com isso, propor o ecossocialismo como uma ferramenta norteadora para tal. De forma simples e direta, o texto busca apresentar determinados pontos: o que é o ecossocialismo, seus princípios e como sua aplicação no cotidiano se faz necessária para um melhor convívio entre meio ambiente e seres humanos. A partir de um viés educativo, o ecossocialismo é uma ferramenta para questionar a forma como produzimos nossos meios de sobrevivência (processos de produção) e os efeitos dela para com o meio natural; tem-se a necessidade de ser compreendido como conscientizador e veículo de agentes transformadores. Além disso, ao texto, cabe esclarecer de forma objetiva os enfrentamentos e dificuldades que acarretam o meio ambiente e que o ecossocialismo se faz presente não apenas no campo ambiental, mas também no social.

A importância do entendimento da educação ambiental como atividade integrante da cultura do ser humano é um ato político voltado para a transformação social, possibilitando, assim, a convicção de que é possível reconstruir valores e atitudes e refazer a realidade. “Se o mundo atual é fruto de uma construção histórica e que se mantém à custa de mecanismos ideológicos de reprodução social, então é possível crer na possibilidade de se alterar o rumo e a regra das coisas” (LOUREIRO; TORRES, 2014, p. 9), entretanto, a educação ambiental vista nas escolas, ainda hoje, é tratada como tema transversal, ou seja, permeia livros didáticos (de forma indireta) de diferentes disciplinas com o intuito de que seja trabalhado pelos professores, ao mesmo tempo em que lecionam suas disciplinas de História, Geografia, Biologia e demais outras. A partir disso, o presente texto acredita ser necessário que a educação ambiental seja tratada com rigor científico e separada das demais disciplinas, de modo que alcance um ensino-aprendizagem satisfatório de todo o corpo escolar.

2 MEIO AMBIENTE E CAPITALISMO

Todos nós, animais humanos e não humanos, compartilhamos um interesse comum: a sobrevivência. A sociedade atual, tal qual é concebida e movida pelo capital, põe em risco esse interesse. O consumismo e o produtivismo geram a cada dia caos e desordem ao meio ambiente. A acumulação de bens e riquezas, a exploração

indiscriminada e a produção massiva de produtos dispensáveis são pautadas no valor de troca, minimizando o valor de uso.

Meio ambiente e capitalismo produzem certas disparidades na atual sociedade. E o transcorrer das ações humanas envolvem processos de modificação da natureza. Tais modificações são causadas pelas atividades, para citar alguns, de latifundiários, madeireiras, grileiros, a agropecuária e o agronegócio no geral, contribuem para um quadro alarmante produzido pelo modelo capitalista.

Mas o que é capitalismo?

Sociólogos, em especial os influenciados pela tradição marxista, costumam acrescentar a ideia de que o capitalismo se caracteriza por uma forma particular de estrutura de classes, na qual quem trabalha nessa economia – a classe trabalhadora – não possui os meios de produção. Isso leva ao menos a duas classes básicas nessa economia: a dos capitalistas, que têm a propriedade dos meios de produção; e a dos trabalhadores, que fornecem mão de obra aos seus empregadores (WRIGHT, 2019, p. 26).

Nós, como seres vivos, não vivemos isolados uns dos outros, tampouco da natureza. Essa relação envolve todos os processos cotidianos, desde escovar os dentes pela manhã, até o de se deitar ao fim de mais um dia de trabalho. E nesses processos cotidianos estão as “necessidades autênticas”, como relata Löwy (2014, p. 52): água, comida, roupas, moradia. Para tanto, necessitamos dos recursos encontrados no meio ambiente. É dos materiais que retiramos da natureza a base de toda a sobrevivência, não só humana, mas também de outros seres vivos. Com isso, a ação humana transforma o meio no qual está inserida, exaurindo recursos naturais, fabricando objetos de difícil decomposição, desequilibrando e pondo em risco sua permanência em tal local, afetando, assim, diversas formas de vida. Freire (2019b, p. 128) menciona que “é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções”, como poderá ser visto no decorrer deste estudo.

As ações humanas se dão por escolhas, que, em uma sociedade, movida por *acumulação e status quo*, passam pelos processos materiais dos quais temos disponibilidade, isto é, mudar a nossa forma de consumo. É necessário repensar algumas medidas, refletir sobre o uso dos recursos não renováveis (minerais, petróleo, gás natural) e criar medidas proativas “como seres transformadores e criadores”, tendo em mente à práxis freiriana, “sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, tal como é fonte de conhecimento reflexivo e criação” (FREIRE, 2019b, p. 127). Essas medidas são entendidas, no presente texto, como norteadoras da busca por mudanças reais e aplicáveis ao cotidiano como a diminuição do uso de transportes individuais, privilegiando os transportes públicos mais baratos e/ou gratuitos, a defesa da saúde pública, contra poluição da água, dos solos, ar e alimentos pelas empresas capitalistas, instruindo jovens e adultos, dentro e fora dos ambientes escolares. A transformação se dá em casa, nas ruas, nos bairros, mas as mudanças e/ou reformas deste

cenário atual passam por algumas outras medidas, por exemplo, “na mudança das estruturas econômicas e sociais capitalistas/comerciais, no estabelecimento de um novo paradigma de produção e distribuição” (LÖWY, 2014, p. 65-65), para isso são necessárias mudanças que exigem atores sociais, ao lado de movimentos sociais, organizações ecológicas como coletivos engajados, partidos políticos interessados nessa transformação, e não apenas indivíduos isolados.

Para Wright (2019, p. 58), “qualquer esforço mais sério para desafiar o capitalismo exige agência coletiva e, por sua vez, solidariedade”. Este se mostra um grande problema: “forjar amplas solidariedades necessárias para as lutas”.

Retornando ao pensamento de Michael Löwy (2014), quando se fala em “necessidades autênticas”, é correto dizer que o ser humano produz de forma constante materiais e bens de consumo e que muitos destes são produtos supérfluos. Löwy (2014, p. 52) fala em “*mudança qualitativa* do desenvolvimento: pôr fim no monstruoso desperdício dos recursos pelo capitalismo, fundado na produção, em grande escala, de produtos inúteis ou nocivos”, daí a necessidade de começar a pensar sobre as reais necessidades. Por exemplo, construções de grande luxo (LAGO; PÁDUA, 2006). Estas servem não somente para abrigo – uma “necessidade autêntica” –, mas também para diferenciação de classes; somente os poucos que tiverem recursos – *financeiros* – terão acesso. A partir dessas ideias, podemos compreender o que seria mudar qualitativamente, concentrando nossos esforços nos “meios sociais” para obtenção de uma vida plena. Para isso são necessárias

[...] atividades que tragam realização e sentido para as pessoas, de preferência conectadas ao que denominamos comumente de “trabalho”; intimidade e vínculo social; autonomia, no sentido de controle significativo sobre a própria vida; respeito social, ou o que alguns filósofos chamam de reconhecimento social. O estigma social ligado à raça, gênero, sexualidade, aparência, religião, linguagem, etnicidade e outros atributos mais salientes impedem a plenitude humana, mesmo quando não necessariamente obstruem o acesso aos meios materiais. Em uma sociedade justa, todos devem ter igual acesso a essas condições sociais para ter uma vida plena (WRIGHT, 2019, p. 35-36).

Portanto, é necessária uma conscientização por parte dos indivíduos, que de forma autônoma o farão, ou por agentes externos, os educadores, como por exemplo, poderão, de forma inteligente e organizada, a partir da “ação” e “reflexão” (práxis), e que não seja de forma “bancária”¹, guiar esses sujeitos para novas alternativas mais adequadas, construtivas e justas. Visto que nada se faz sozinho, é necessário um coletivo engajado, e de números crescentes para que haja uma mudança de cenário.

¹ A “educação bancária” dita por Paulo Freire no livro *Pedagogia do oprimido*, em suas próprias palavras se firma “em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção ‘bancária’ da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 2019b, p. 80-81).

Mas o que faz, ou o que é um coletivo? São organizações que pretendem ser horizontais, sendo assim, as tomadas de decisões podem e devem ser acessíveis a todos os componentes do grupo. Com isso, debatem-se ideias e discutem-se as melhores alternativas para que determinada questão seja sanada. Pode-se dizer que um dos objetivos de um coletivo é “contaminar”, alcançar e acolher o maior número de indivíduos para a defesa de uma causa. A força e o alcance de um grupo de pessoas organizadas tendem a ser mais fortes e abrangentes dentro de uma sociedade, podendo, assim, ser mais efetivos (na causa defendida) do que vindo de indivíduos isolados, ou como visto anteriormente, “indivíduos de boa vontade”, apenas. Ainda podemos relacionar aos coletivos encontros organizados com o intuito de realizar atividades integradoras na sociedade, da criação de manifestos e petições e, também, manifestações e greves — greves estas, por exemplo, que podem estar relacionadas a um coletivo de trabalhadores de determinado setor em prol de melhores condições de trabalho.

A natureza não se recompõe na mesma medida em que é explorada pelas ações do homem. Estamos em uma crise ecológica que, “ao ameaçar o equilíbrio natural do meio ambiente, põe em perigo não apenas a fauna e a flora, mas também, e, sobretudo, a saúde, as condições de vida, a própria sobrevivência da nossa espécie” (LÖWY, 2014, p. 66). É sabido que os problemas de hoje são consequências diretas de um modo de produção exponencial em um planeta finito, de forma que se torna insustentável a continuação deste, ao ponto de que somente uma *radicalização* por fim (o capitalismo) e iniciará outro modelo (o ecossocialista como exposto no presente texto) que possa garantir a sobrevivência das espécies.

É difícil acreditar que o capitalismo possa ser reformado/repensado com o intuito de modificar de forma radical a vida dos indivíduos e que se tenha uma regressão no uso indiscriminado dos recursos naturais. Ele correria, assim, o risco de prejudicar seus interesses, visto que o aparelho produtivo capitalista está a serviço da acumulação de capital e da expansão ilimitada do mercado.

Para Marx (2010, p. 114), “o comunismo é a figura necessária e o princípio energético do futuro [...]”. Acrescenta-se a isso a advertência de que “o marxismo deve renovar permanentemente sua crítica da ordem estabelecida, à luz das constantes transformações nas formas de realização do capitalismo” (QUERIDO, 2016, p. 27-28). A partir disso, o ecossocialismo toma parte neste momento de necessária mudança, a partir de uma ruptura civilizatória, buscando a melhoria em diversos aspectos sociais, no que diz respeito à moradia, soberania alimentar, saúde, trabalho digno e educação. Mas, para que isso ocorra, avanços são necessários, sobretudo, nos primeiros anos escolares, não podendo ser mascarados, como visto anteriormente, dentro das escolas, em temas transversais. Claro, é de importância que a educação ambiental esteja relacionada a diversas outras áreas do conhecimento, mas ela não pode ser apenas um complemento curricular. Assim, a educação ambiental pode ser realizada em diversos ambientes: nas escolas, nos parques, nos bairros, nos meios de comunicação de massa, em nossas casas, adequando-se, dessa forma, ao conteúdo, à temática e a metodologia, para que o processo pedagógico possa se adaptar às faixas etárias a que se destina.

3 TRANSVERSALIDADE

Em relação à temática da educação ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) indicam como objetivo que os alunos sejam capazes de perceber-se integrantes, dependentes e agentes transformadores do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente.

Para que determinado tema seja abordado e aceito como tal, existem alguns critérios que são levados em conta (para melhor compreensão do tema deste trabalho, projete o pensamento nas questões ambientais de sua região, cidade, país), tais como:

- Urgência social: aborda questões de elevada gravidade que, de alguma forma, apresentam obstáculos para a concretização da cidadania, afrontando a dignidade das pessoas e deteriorando sua qualidade de vida;
- Abrangência nacional: pertinente a todo o país. Dessa forma, busca não excluir qualquer necessidade ou possibilidade de que as redes ou mesmo as escolas municipais e estaduais acrescentem outros temas relevantes à suas realidades;
- Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental: alcance da aprendizagem nessa etapa da escolaridade;
- Favorecer a compreensão da realidade e a participação social: busca o desenvolvimento da capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença e intervir de forma responsável.

Ainda tendo em mente os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 27):

Por exemplo, ainda que a programação desenvolvida não se refira diretamente à questão ambiental e que a escola não tenha nenhum trabalho nesse sentido, a Literatura, a Geografia, a História e as Ciências Naturais sempre veiculam alguma concepção de ambiente, valorizam ou desvalorizam determinadas ideias e ações, explicitam ou não determinadas questões, tratam de determinados conteúdos; e, nesse sentido, efetivam uma “certa” educação ambiental. A questão ambiental não é compreensível apenas a partir das contribuições da Geografia. Necessita de conhecimentos históricos, das Ciências Naturais, da Sociologia, da Demografia, da Economia, entre outros.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental:

Art. 1º: Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º: A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Como já vimos, a educação ambiental vista nas escolas, ainda hoje, é tratada como tema transversal, ou seja, permeia livros didáticos de diferentes disciplinas com o intuito de que sejam trabalhados pelos professores ao mesmo tempo em que lecionam suas disciplinas de História, Geografia, Biologia e outras, quando esse tema (e demais outros que englobam os temas transversais como direitos humanos, orientação sexual e saúde) deveria ser tratado de “forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas” (BRASIL PCN, 1998, p. 27).

4 RETOMANDO O PENSAMENTO

É possível notar que os mais pobres sofrem em grande medida com o atual modelo de apropriação e acumulação, em que se tira muito, mas pouco lhes é entregue – isso pelas vias da exploração, da coação e do desrespeito dos direitos à saúde, habitação e alimentação. Para Wright (2019), o advento das empresas capitalistas trouxe grandes avanços tecnológicos: curas para doenças, serviços de streaming, redes sociais, aumento na produtividade de trabalho, entre outros. Wright também fala sobre a expectativa de vida, que é cada vez mais longa e também da melhoria do padrão de vida em regiões mais pobres. Mas isso traz uma falsa sensação de normalidade. Nas palavras de Wright (2019, p. 24), “a marca registrada do capitalismo é a miséria que ele gera em meio à abundância”, o capitalismo contribuiu para aumentos de produtividade e riqueza, mas para alguns (a minoria); a maioria dos trabalhadores ainda sofre com más condições de trabalho, baixa remuneração e futuro incerto dentro do mercado de trabalho lutando diariamente pela permanência em seus empregos. O autor ressalta, ainda, que o crescimento econômico traz precarização daqueles que estão na parte mais baixa do mercado de trabalho, por vezes, tendo que exercer trabalhos “alienantes”.

Tendo isso em mente, a educação e a mudança devem surgir como agentes de libertação, indivíduos imbuídos com as causas sociais e ambientais, dispostos a ação concreta (práxis) que gere resultados visíveis em suas casas, bairros, escolas, trabalho, em sociedade. Com isso, exercerão um papel ativo na sociedade, de baixo para cima. Dificilmente a mudança ocorrerá de cima para baixo, fazendo com que os grandes investidores ponham em risco seus ganhos ou negócios.

Logo, a tomada de consciência é um dos passos para que tenhamos uma sociedade igualitária, plena e preocupada com os meios com que produzimos nossa existência, de modo que não agrida o meio ambiente de forma indiscriminada, que possa gerar mais oportunidades às pessoas a partir de um “diálogo permanente”². “Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. A *pronúncia* do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante”³ (FREIRE, 2019b, p. 111). Sendo assim, pode-se valer do interesse da sobrevivência do homem de forma

² “Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a *confiança* de um polo no outro é consequência óbvia. Seria uma contradição se, amoroso, humilde e cheio de fé, o diálogo não provocasse este clima de confiança entre seus sujeitos” (FREIRE, 2019b, p. 113 – grifo do original).

³ Grifo do original.

digna, de forma que possa andar ao lado das questões ambientais, exercida desde o ambiente escolar, até as casas dos jovens, que possam assim “contaminar” pais, familiares e amigos. Algumas alternativas educacionais e conscientizadoras podem ser notadas a partir de reflexões vindas de Marx, Paulo Freire e do ecossocialismo nas palavras de Michael Löwy e de tantos outros intelectuais de grande importância.

5 ECOSSOCIALISMO

É necessária a compreensão da atual “crise” na qual vivemos. Por vezes, despercebido e/ou esquecido, o meio ambiente sofre com as atuais condições de agressões crescentes vindas da máquina produtiva capitalista. A produção e a acumulação do capital concebidas hoje provam sua incompatibilidade pela preservação e respeito pela natureza, com o ser humano e outras espécies envolvidas no processo de exploração. Os exemplos da destruição causada pelo modelo capitalista são vários, “do crescimento exponencial da poluição do ar, da água potável e do meio ambiente à acelerada destruição das florestas tropicais e da biodiversidade, do esgotamento e desertificação do solo à drástica redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies, entre outras catástrofes potenciais” (QUERIDO, 2016, p. 25).

Em seu livro intitulado *Como ser anticapitalista no século XXI*, Wright nos apresenta a duas formas de ceticismo frente ao capitalismo: a) se o capitalismo pode ser culpado pelos problemas que já foram citados aqui e que são profundamente exemplificados no livro; b) se existem outras alternativas ao capitalismo. Analisemos a segunda assertiva. Wright (2019) diz que, apesar de muitas pessoas entenderem e se comoverem com os problemas do capitalismo, elas não conseguem ver alternativas senão o próprio capitalismo, balizadas em outras formas de sociedade que não funcionam e que podem acarretar maiores problemas. Nessa forma de ceticismo, considera-se que o capitalismo já é uma estrutura bastante solidificada, sendo praticamente impossível a mudança.

Mas essa solidificação traz custos. Esses custos se expressam na forma como se dá o progresso capitalista, firmado na destruição e na submissão da natureza e do homem, já que “atinge proporções infinitamente mais trágicas, na medida mesma em que submete a quase totalidade das formas de existência à condição de mercadoria” (QUERIDO, 2016, p.26). E esse aspecto destrutivo e predatório já havia sido assinalado por Marx em sua crítica à acumulação primitiva em que “o capitalismo teve sua origem não em uma lógica natural da sociedade humana, mas em uma expropriação dos produtores, que é chamada de acumulação capitalista primitiva, realizada por meio da força do Estado” (PAULO NETTO, 2015, p. 74). Para entendermos essa condição de mercadoria, Marx estabelece bases. “Nela, tudo tem a forma social de mercadoria, tudo está moldado para ser vendido – educação, estética, roupa, comida, saúde e, principalmente, o trabalho, o trabalhador [...]: as pessoas recebem um valor de mercado, são exploradas economicamente (*apud* PAULO NETTO, 2015, p. 21-22). Ou seja, o trabalhador ganha o que o mercado está disposto a pagar.

É necessário, portanto, que haja uma “radicalização”, uma crítica ao modo de produção capitalista, uma “crítica à modernidade”, um “não” ao homem como simples coisa. Tendo isso em mente, o *ecossocialismo* nos fornece a porta de entrada a tais críticas,

sendo, como dito por Querido (2016, p. 29), “composto basicamente por intelectuais mais ou menos próximos do marxismo, o ecossocialismo é um parâmetro teórico-político a partir do qual se estabelece a possibilidade de um diálogo crítico com as demandas e reflexões dos movimentos ecológicos”.

Um dos grandes expoentes do ecossocialismo é o brasileiro radicado na França Michael Löwy (2014), já citado anteriormente. Em seu livro *O que é ecossocialismo?*, ele nos diz que é necessário confrontar, atacar o próprio modo de produção. Pois bem, sendo o problema sistêmico, deve-se, portanto, encontrar uma solução antissistêmica, isto é, anticapitalista. Promove-se, dessa forma, a união, a associação do “vermelho” – a crítica marxista do capital e a alternativa socialista – com o “verde”, a crítica ecológica do produtivismo. Almeja-se não só “a transformação das relações de produção, do aparelho produtivo e do padrão de consumo dominante, mas sobretudo construir um novo tipo de civilização, em ruptura com os fundamentos da civilização capitalista/industrial ocidental moderna” (LÖWY, 2014, p. 9-10).

É importante observar tais reivindicações. O ecossocialismo surge como forte opção ao se problematizar a civilização moderna. Surge, portanto, como uma alternativa e/ou ferramenta problematizadora e educativa. Problematizadora por intervir com um pensamento crítico da modernidade, evidenciando, por exemplo, os problemas reais que determinadas comunidades vivem, construindo, dessa forma, uma conscientização na medida em que escancara os problemas sociais e ecológicos atuais; educativo no que concerne à utilização prática dos ideais do ecossocialismo cotidianamente. Assim, munidos de práticas pedagógicas, educadores qualificados e engajados no aconselhamento dentro das escolas e educandos interessados na transformação social e ambiental podem expandir sua ação para fora delas, em suas casas e bairros, com familiares e amigos. Alia-se, dessa forma, o ecossocialismo à educação ambiental, formulando, assim, diálogos para o desenvolvimento do pensamento crítico ao longo da jornada escolar do aluno, estabelecendo bases para a construção de uma nova sociedade longe dos moldes capitalistas.

A construção de uma sociedade emancipada passa por uma educação capaz de trazer, para o âmbito social, um indivíduo imbuído de suas responsabilidades e deveres como agente transformador do meio.

As mudanças climáticas, a degradação dos rios e do solo, a poluição do ar e a desigualdade social, “em conjunto com a geração de necessidades artificiais absolutamente devastadora, como tem ocorrido atualmente, a serviço da insanamente orientada auto exploração do capital e de uma contraproducente acumulação” (MÉSZÁROS, 2008, p. 74) são consequências advindas do modelo capitalista através da exploração e dominação do homem e da natureza, não se importando com as consequências futuras: sociais e ambientais. Para que se possa romper com tal modelo social, devemos buscar em uma educação libertadora a chave para esse objetivo. Educação essa que virá a partir de uma nova visão em que

O ecossocialismo é parte desse cenário ainda incerto, um tanto nebuloso e carregado de novas potencialidades. Mas, ao mesmo tempo, na medida em que reafirmam a centralidade da luta contra o capitalismo, os ecossocialistas reconhecem nos trabalhadores e nas

classes subalternas uma “força essencial” nas lutas sociais e ecológicas do presente e revitalização teórica e política de uma perspectiva anticapitalista (QUERIDO, 2016, p. 37).

Com isso, o ecossocialismo visa a uma nova sociedade e a um novo modo de produção, oposto ao que presenciamos nos dias de hoje; também almeja um novo paradigma de civilização, que virá da radicalização da ruptura com a civilização material capitalista (LÖWY, 2014). Mas para isso, é necessário que se alcancem os indivíduos de todos os convívios sociais. Para que isso ocorra, a educação tem de conversar com as ideias dos educandos, uma linguagem totalmente acadêmica pode impedir a formulação de ideias a partir das vivências dos educandos, impedindo, assim, a contribuição deles. Com isso, conhecer a sociedade do indivíduo e trazer o diálogo para esse campo, em que o educando possa transmitir sua realidade e possa, assim, contribuir para o debate, se torna imprescindível para o sucesso de toda essa discussão. Para o sucesso dessa nova construção social, é necessário entender a realidade dos indivíduos em que o debate ocorre. E para isso, aliamos-nos aos temas geradores propostos por Paulo Freire.

6 TEMAS GERADORES⁴/ TRABALHOS DE BASE

Como fazer com que todo o trabalho em prol de uma qualidade de vida e igualdade não seja algo distante? A resposta: trabalhos de base. Mas tudo o que foi dito até agora, pareceu-se muito especulativo e pouco produtivo (proativo). Os trabalhos de base devem partir de experiências próximas daqueles que estão envolvidos no processo. Não há como querer que um indivíduo se engaje em uma ação, se esta se tratar de uma realidade totalmente adversa à realidade desse indivíduo. “O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação” (FREIRE, 2019b, p. 120).

Partindo de Freire (2019b), é necessário mostrar ao povo não a nossa visão de mundo, mas sim mostrar que a nossa visão e a deles podem e devem dialogar. A visão desses povos sintetiza a situação do mundo na qual estão inseridos, e não há, de forma alguma, como empurrar a vivência de terceiros sem que ocorra educação “bancária”. Por isso, existe a necessidade de se conectar, conhecer as condições em que o povo ou público alvo se constitui quanto ao modo de pensar e à linguagem, e com isso buscar e trabalhar os temas geradores que envolvem esses cidadãos. Dessa forma, levam-se para o chão de sala debates enriquecidos com essas perspectivas, acrescentando criticidade aos argumentos para que os alunos possam construir, de forma crítica e com bases em suas experiências, as melhores alternativas para o seu desenvolvimento educacional no tema tratado. Geram-se assim suas dúvidas e opiniões, que dialogadas com o restante da turma e com o professor, possam contribuir para o debate proporcionando engajamento individual e de todo o corpo escolar para com o compromisso com o debate ambiental.

⁴ “Estes temas geradores se chamam geradores porque, qualquer que seja a natureza de sua compreensão, como a ação por eles provocada, contêm em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas” (FREIRE, 2019b, p. 130).

Tendo isto em mente, deve-se analisar se, por meio dos diálogos feitos, dos estudos, da troca dialógica entre educador e educando — de forma não bancária —, como ocorreu a transformação nos modos de perceber a realidade, ou seja, produzir soluções para que haja uma melhoria nos aspectos individuais e coletivos de determinado espaço. Podemos entender que

A educação como atividade da cultura do ser humano pode ser entendida como trabalho voltado para a aquisição/ produção do conhecimento, pela práxis e no movimento de constituir-se humano. [...]. O que significa dizer que a realidade se constitui a partir das condições materiais da existência e deve ser apreendida como um processo que se dá em cada momento histórico sendo por isso complexa e dinâmica, contraditória e inacabada. E, o mais importante, que pode, pela ação, ser pensada e vivida de outro modo, pela transformação material e subjetiva no movimento da prática social (LOUREIRO; TORRES, 2014, pp. 157-158).

E, nas palavras de Paulo Freire (2019b, p. 138), “a investigação temática se faz, assim, um esforço comum de consciência da realidade e de autoconsciência, que a inscreve como ponto de partida do processo educativo, ou da ação cultural de caráter libertador”.

Portanto, a educação ambiental se faz em diálogo constante, buscando, no inacabamento das ideias, a geração de novas oportunidades de se produzir consciência educativa, social, ambiental, de se produzir conhecimentos e, no compartilhamento deles, buscar o crescimento do debate dentro de todo o corpo escolar, passando dos educandos para os educadores e dos educadores para os educandos, para que, dessa forma, extrapolem os muros das instituições de ensino para toda a sociedade em que esses indivíduos estão inseridos. A partir desse trabalho coletivo é que se colhem frutos; a educação, dessa forma, “planta” indivíduos engajados, e a colheita desses frutos é a dignidade de toda uma sociedade que reconhece, em suas práticas, os malefícios que determinadas ações podem causar. E o consumo desses frutos é a mudança social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos a oportunidade de entrarmos em contato com a contribuição ecossocialista para o atual modelo de produção, que é, em termos gerais, a tomada de consciência dos perigos que ameaçam o planeta. Esse modelo de produção capitalista, como visto anteriormente, não se sustentará por muito mais tempo, visto que a natureza não conseguirá suportar tamanha agressão e destruição em massa. A alternativa ecossocialista vem para contribuir de alguma maneira para que se possam repensar tais meios de produção e gerir novas oportunidades, para que o respeito à vida tenha lugar de destaque no meio social, e não mais a corrida armamentista; a acumulação de bens; a miséria nas escolas, nos hospitais e na segurança; o progresso a todo custo; o valor de troca; o esgotamento de recursos; o fetichismo da mercadoria.

Busca-se, portanto, a adoção de transportes públicos que possam amenizar os impactos de gases de efeito estufa — assim como criação de normas para as grandes

indústrias poluentes que despejam no ar grandes quantidades de gases nocivos ao meio ambiente —; a defesa da saúde e escolas públicas; segurança e respeito ao cidadão, assim como as outras espécies frente ao especismo; redução de tempo de trabalho privilegiando o tempo livre em relação à acumulação de bens. A busca por agentes coletivos dispostos a enfrentar e sustentar o projeto de desafiar o capitalismo de forma tangível e concreta é necessária à construção de agentes políticos de transformação (WRIGHT, 2019). Assim, o ecossocialismo é uma ferramenta/alternativa para que possamos enfrentar tais desafios frente ao capitalismo.

A educação é o ponto crucial para o entendimento da causa ambiental. Trata-se de entender o espaço em que estão inseridos os mais diversos povos e pessoas, no trato urbano, rural ou entre os povos indígenas, que muito têm para contribuir repassando seus conhecimentos – esses povos são exemplos que poderiam estar inseridos nas escolas, em debates públicos e palestras, auxiliando, com suas experiências e vivências nos campos e dentro de seus povoados indígenas, em relação ao trato com o meio ambiente, na formação dos alunos. Dessa forma, podem-se traçar planos e melhores estratégias para abordar soluções e enfrentar as degradações que atualmente afetam o meio ambiente e que irão causar ainda mais dano em um futuro próximo.

A educação ambiental nas escolas, portanto, deve gerir um importante papel na vida do aluno. Educar de forma clara e consciente acerca dos perigos dos maus-tratos à natureza e problematizar em debates críticos em salas de aula a ineficácia do sistema capitalista em manter a igualdade social, a dignidade do trabalhador, em preservar os solos, a água, o ar, o desrespeito à vida humana e à de outras espécies, de preservar, por fim, o planeta em que vivemos. A educação ambiental busca aliados para a educação ambiental nas escolas. O ecossocialismo é um desses exemplos, entre tantos outros modelos que também devem ser analisados e estudados, absorvendo deles as melhores ideias e opções para a formulação de práticas pedagógicas no intuito de sempre enriquecer o debate e o exercício educativo nesse campo de grande importância social, que é a educação ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais** – Brasília: MAC/SEF, 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 116 v.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; TORRES, Juliana Rezende (org.). **Educação ambiental**: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 54 v.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosófico**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULO NETTO, José (org.). **Curso livre Marx-Engels**: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2015.

QUERIDO, Fabio Mascaro. **Michael Löwy**: marxismo e crítica da modernidade. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2016.

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser anticapitalista no século XXI?**. São Paulo: Boitempo, 2019.